

## ANÁLISE CRÍTICA DE CONTRATO

VALOR TOTAL (R\$)	4.878.720,00
VALOR ANUAL (R\$)	975.744,00
VALOR MENSAL (R\$)	81.312,00
MULTA (R\$)	
Data contrato	Sem data
Data Início Vigência	?
Data vencimento	?

Tipo:  Nro.

CONTRATANTE:

Empresa

CNPJ:  Razão Social

OBJETO DO CONTRATO/NATUREZA DA CONTRATAÇÃO:

GARANTIAS: Se "sim", especificar tipo e valor:

ASSINATURAS COM PODERES:

Contrato Pa

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

☒ 02 Procuradores ☐ 01 Procurador e 01 Estatutário ☐ 02 Estatutários

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

Email  Fone  etoria:

PARECER JURÍDICO (parecer sobre o contrato e avaliação da contratação, se necessário utilizar o verso)

1) Contrato nº 7889/2018 - Pregão nº 008/7066-2018

*Contrato Aprovado*  
Envio para o Jurídico: 16/07/2018  
Devolução do Jurídico:



RESPONSABILIDADES DO GESTOR DO CONTRATO:

Averiguações Docs. Societários (Anexar documentos)

\* Se responder não, descrever como foi averiguado a competência p/ assumir o contrato

Obrigatório anexar i) avaliação da contratação, ii) termo de compromisso e ii) parecer financeiro (se aplicável, conforme política de contratos)

Declaro que o contrato em referência está em conformidade com a Política de Alçadas Algar e Estatuto/Contrato Social da Sociedade: (gestor do contrato, jurídico e financeiro)

<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nome/Cargo	Data
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nome/Cargo	Data
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nome/Cargo	Data



**CONTRATO N.º 7889/2018**

**PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, CONSISTINDO NO FORNECIMENTO DE CIRCUITOS DE CONEXÃO À INTERNET (ESCOPO A) COM PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA (ANTI-DDoS), SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP EM IPV4 E IPV6, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA ALGAR MULTIMÍDIA S/A.**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e Decreto nº 66.303, de 06/03/1970, regendo-se, presentemente, pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, por intermédio de sua Gerência de Filial Logística em Brasília - GILOG/BR, CNPJ(MF) nº 00.360.3605/2660-58, situada na SAUS Quadra 03, Bloco E, Edifício Sede III Caixa, 8º Andar – Ala Sul, Asa Sul – Brasília-DF; CEP 70.070-030, neste ato representada pelo Coordenador da GI Logística em Brasília/DF – Contratações, **Luiz Augusto Oliveira Leite**, portador da cédula de identidade RG nº 31.526 OAB/DF, inscrito no CPF sob o nº 797.764.691-91, daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa **ALGAR MULTIMÍDIA S/A**, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 04.622.116/0001-13 com sede na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil – CEP 38400-668, Uberlândia/MG, neste ato representada por **Luciene Gonçalves**, portadora da cédula de identidade RG nº MG-4.769.064 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 677.200.726-34 e **Luis Antonio Andrade Lima**, portador da cédula de identidade RG nº 8994955 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 019.946.508-85, doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização de José Eduardo Ferreira de Resende, Gerente de Filial da GI Logística/BR da CAIXA, de 19/06/2018, constante do Processo Administrativo nº 7066.01.0322.0/2018, Pregão Eletrônico nº 008/7066-2018, com base no artigo 106 do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA, têm justo e contratada a prestação dos serviços objeto deste instrumento, vinculada ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e, subsidiariamente, da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado, bem como às cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações, consistindo no fornecimento de circuitos de conexão à INTERNET (ESCOPO A) com



1/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



prestação de segurança (Anti-DDoS), suportando aplicações TCP/IP em IPv4 e IPv6, pelo período de 60 (sessenta) meses.

**Parágrafo Único** - A especificação pormenorizada do objeto contratado, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I; Forma de Execução e Serviços Agregados – Anexo I-A e RAT – Relatório de Atendimento Técnico – Anexo I-B, que integra(m) e complementa(m) este contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas neste contrato e anexos:

- I. Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CAIXA e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;
- II. Recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;
- III. Manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato;
- IV. Conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que os mesmos atingem o nível de adequação descrito pela CAIXA, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;

2/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



- V. Substituir os empregados, nos casos de falta, ausência legal, férias, bem como nos casos em que a conduta do prestador seja considerada inconveniente pela CAIXA, de modo que os serviços não sejam descontinuados nos horários/períodos estabelecidos;
- VI. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;
- VII. Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;
- VIII. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- IX. Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;
- X. Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar à CAIXA, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência do documento fiscal;
- XI. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;
- XII. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;
- XIII. Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- XIV. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da "Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego";

3/47

PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

XV. Atender às solicitações da CAIXA para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno contratado, cabendo à CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;

XVI. Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;

XVII. Fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;

XVIII. Informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF(MF) dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;

XIX. Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA.


XX. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;

XXI. Obedecer as normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XXII. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

XXIII. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;

XXIV. Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los



4/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;

XXV. Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

XXVI. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar "e-mail", sendo vedada a utilização da conta de "e-mail" da CAIXA;

XXVII. Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto contratado, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XXVIII. Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;

XXIX. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XXX. Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXI. Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXII. Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIII. Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

XXXIV. Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.

5/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

XXXV. Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

XXXVI. Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.

XXXVII. Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA.

XXXVIII. Aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA caso seja demonstrado impactos.

XXXIX. Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.

XL. Durante a vigência contratual a CONTRATADA obriga-se a efetuar as alterações de configuração e ampliação da rede definidas pela CAIXA, no âmbito da região metropolitana abrangida para cada item/contrato.

XLI. Fornecer e instalar, por sua conta e responsabilidade, os meios de transmissão para receber e entregar os sinais através de interface digital, bem como quaisquer insumos necessários ao bom funcionamento da conexão aos equipamentos da CAIXA.

XLII. Instalar, por sua conta e responsabilidade, os bastidores, racks e todos os dispositivos necessários para a instalação dos circuitos e de seus respectivos equipamentos de comunicação, incluindo a conectividade até as interfaces dos equipamentos da CAIXA, sem ônus adicional.

XLIII. Efetuar, por sua conta e responsabilidade, eventuais adequações ou serviços nas instalações da CAIXA que se façam necessários para a instalação dos circuitos, com anuência e autorização previa da CAIXA.

XLIV. Executar reuniões periódicas de caráter técnico para esclarecer dúvidas e transmitir conhecimentos acerca da solução CONTRATADA às equipes CAIXA.

XLV. Prover documentação técnica minuciosa e em língua portuguesa de toda a solução a ser provida.

  6/47 

PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



- XLVI. Enviar para a CAIXA, quando solicitado, documentação técnica detalhada referente ao As-Built por meio digital e, ou impresso, em até 7 (sete) dias após a atividade de atualização, instalação ou alteração física de sua infraestrutura, equipamento e ou circuito.
- XLVII. Monitorar e manter adequada a velocidade das portas físicas e de acesso à rede de modo a atender a todas as conexões solicitadas pela CAIXA sem ônus adicional pelas eventuais alterações de velocidade.
- XLVIII. A CAIXA pode solicitar, a qualquer tempo e através de formalização, a adequação da velocidade da porta física/acesso sem ônus adicional por esta alteração (custo pela alteração de velocidade), cabendo tão somente os pagamentos mensais relativos à nova velocidade.
- XLIX. Garantir em cada porta um *throughput* mínimo de 90% da velocidade da porta e caso a tecnologia utilizada apresente um overhead superior a 10%, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente prover adicional de banda suficiente para satisfazer o percentual de 90%, sem custo adicional para a CAIXA.
- L. A latência média mensal, no seu backbone deverá ser menor que 50 ms, em pelo menos 90% das aferições realizadas a partir da rede da CAIXA ao primeiro nó de rede da operadora.
- LI. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA até o dia 20 (vinte) de cada mês, relatórios contendo todas as ocorrências de interrupções de cada circuito contratado, independentemente de chamado aberto, e indicadores de disponibilidade dos circuitos, apurados a partir da zero hora do primeiro dia do mês anterior, até as vinte e quatro horas do último dia do mês anterior.
- LII. A CONTRATADA deverá prover telefone e e-mail específicos para acionamentos relativos a incidentes de segurança disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana.
- LIII. A contratada deverá efetuar o bloqueio de IPs e tráfegos específicos, conforme solicitação da CAIXA, em até 20 minutos após a solicitação.
- LIV. O prazo de solicitação será computado a partir comunicação por telefone, concomitante com o envio de e-mail à CONTRATADA, descrevendo os bloqueios necessários.
- LV. Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade de transmissão pela CONTRATADA, sempre que houver solicitação da CAIXA, sem custos adicionais.
- LVI. A contratada está impedida de sublocar ou compartilhar recursos com empresas subcontratadas para atendimento deste contrato, inclusive conexões de última milha.

7/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

LVII. A contratada fica obrigada a participar de pesquisa para avaliação de desempenho da execução contratual, que poderá ser realizada, a critério da caixa, no decorrer da vigência contratual. A pesquisa poderá abordar qualidade dos produtos/serviços, qualificação dos profissionais, execução das atribuições do gerente do contrato e/ou preposto, aspectos de negociação, cumprimento de ações de melhorias, satisfação geral e outros aspectos relevantes relativos ao contrato.

LVIII. A contratada que participar da avaliação de desempenho receberá informação do conceito obtido e conforme ponderação ficará obrigada a apresentar plano de melhoria, que deverá ser homologado pela caixa, propondo ações objetivas com prazos determinados, visando elevar os conceitos a níveis aceitáveis.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

I. Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II. Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA.

IV. Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;

II. notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizando justificativa;

8/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



III. efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

IV. indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

V. exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

**Parágrafo Único** - No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E SUA REPACTUAÇÃO

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários e mensais abaixo indicados perfazendo o valor global de **R\$ 4.878.720,00 (quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil e setecentos e vinte reais)**, pelo período de vigência do contrato.

Valor 10 Gbps /mês (A):		R\$ 28.000,00		
Valor do Serviço de Proteção (C):		R\$ 5.600,00		
Faixa de banda	Limite de largura de banda para a faixa em Gbps	Fator de Ajuste (B)	Valor Mensal do circuito (A)*(B)	Valor mensal do serviço de proteção de segurança (B)*(C)
1	1	0,1	R\$ 2.800,00	R\$ 560,00
2	2	0,2	R\$ 5.600,00	R\$ 1.120,00
3	3	0,3	R\$ 8.400,00	R\$ 1.680,00
4	4	0,4	R\$ 11.200,00	R\$ 2.240,00
5	5	0,5	R\$ 14.000,00	R\$ 2.800,00
6	6	0,6	R\$ 16.800,00	R\$ 3.360,00
7	7	0,7	R\$ 19.600,00	R\$ 3.920,00
8	8	0,8	R\$ 22.400,00	R\$ 4.480,00
9	9	0,9	R\$ 25.200,00	R\$ 5.040,00
10	10	1	R\$ 28.000,00	R\$ 5.600,00
11	15	1,20	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00
12	20	1,40	R\$ 39.200,00	R\$ 7.840,00
13	25	1,60	R\$ 44.800,00	R\$ 8.960,00
14	30	1,80	R\$ 50.400,00	R\$ 10.080,00
15	35	2,00	R\$ 56.000,00	R\$ 11.200,00
16	40	2,20	R\$ 61.600,00	R\$ 12.320,00

Q

9/47

Q



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

ANO	LOCAL	TIPO	FAIXA INICIAL	ESTIMADO MENSAL	TOTAL 12 MESES	VALOR GLOBAL ANUAL
ANO 1	CTC	Acesso Internet	8	R\$ 22.400,00	R\$ 268.800,00	R\$ 591.360,00
		Proteção de Segurança		R\$ 4.480,00	---	
	DTC	Acesso Internet		R\$ 22.400,00	R\$ 268.800,00	
		Proteção de Segurança		R\$ 4.480,00	R\$ 53.760,00	
ANO 2	CTC	Acesso Internet	11	R\$ 33.600,00	R\$ 403.200,00	R\$ 887.040,00
		Proteção de Segurança		R\$ 6.720,00	---	
	DTC	Acesso Internet		R\$ 33.600,00	R\$ 403.200,00	
		Proteção de Segurança		R\$ 6.720,00	R\$ 80.640,00	
ANO 3	CTC	Acesso Internet	12	R\$ 39.200,00	R\$ 470.400,00	R\$ 1.034.880,00
		Proteção de Segurança		R\$ 7.840,00	---	
	DTC	Acesso Internet		R\$ 39.200,00	R\$ 470.400,00	
		Proteção de Segurança		R\$ 7.840,00	R\$ 94.080,00	
ANO 4	CTC	Acesso Internet	13	R\$ 44.800,00	R\$ 537.600,00	R\$ 1.182.720,00
		Proteção de Segurança		R\$ 8.960,00	---	
	DTC	Acesso Internet		R\$ 44.800,00	R\$ 537.600,00	
		Proteção de Segurança		R\$ 8.960,00	R\$ 107.520,00	
ANO 5	CTC	Acesso Internet	13	R\$ 44.800,00	R\$ 537.600,00	R\$ 1.182.720,00
		Proteção de Segurança		R\$ 8.960,00	---	
	DTC	Acesso Internet		R\$ 44.800,00	R\$ 537.600,00	
		Proteção de Segurança		R\$ 8.960,00	R\$ 107.520,00	
					VALOR GLOBAL DO CONTRATO	R\$ 4.878.720,00

**Parágrafo Primeiro** – É admitida a repactuação deste Contrato, com base na variação dos componentes dos custos do contrato devidamente comprovada e

10/47

PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



observados os preços vigentes no mercado para a prestação dos serviços, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

**Parágrafo Segundo** – O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data-limite para apresentação da proposta comercial da qual decorreu este contrato.

**Parágrafo Terceiro** – Nas repactuações subsequentes à primeira, o intervalo mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

**Parágrafo Quarto** – Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de repactuação dos preços do contrato até a data de assinatura do termo de aditamento de prorrogação, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação decorrente da anualidade completada no período imediatamente anterior à assinatura do aditamento de prorrogação.

**Parágrafo Quinto** – Ocorrerá a preclusão do direito a repactuação caso o contrato seja extinto sem que tenha sido formalizado pedido de repactuação durante a sua vigência.

**Parágrafo Sexto** – Quando da solicitação de repactuação, a CONTRATADA deve apresentar fundamentação, de forma clara e pormenorizada, acompanhada da planilha de composição de custos e formação dos preços e documentos que comprovem, analiticamente, a alteração de seus custos, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de insumos e benefícios existentes na data da formulação da proposta, e necessários para a execução dos serviços, mas não previstos originariamente.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

**Parágrafo Primeiro** – O correspondente documento fiscal deve ser apresentada à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura, cabendo à contratada emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

a) quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentada no 1º dia útil subsequente.

Q

11/47

Q



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

**Parágrafo Segundo** – Além das informações exigidas na legislação aplicável, a nota fiscal/fatura deve conter ainda:

- a) a identificação completa da CAIXA, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;
- b) descrição de todos os serviços/itens que compõem a respectiva nota fiscal/fatura de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

**Parágrafo Terceiro** – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

**Parágrafo Quarto** – A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

**Parágrafo Quinto** – Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantos documentos fiscais forem necessários, independentemente de a CONTRATADA estar ou não nele estabelecida e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

**Parágrafo Sexto** – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

**Parágrafo Sétimo** – Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade fiscal da Contratada, no âmbito federal, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

  12/47 

PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



**Parágrafo Oitavo** – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

**Parágrafo Nono** – Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

**Parágrafo Décimo** – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

- 1 VAT = valor atualizado
- 2 VIN = valor inicial
- 3 IDI = IGP-M/FGV na data inicial
- 4 IDF = IGP-M/FGV na data final

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato terá a duração de 60 (sessenta) meses, a contar de /07/2018.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução deste contrato caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

**Parágrafo Segundo** – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

#### **CLÁUSULA NONA – DO RESSARCIMENTO**

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato ou da garantia

13/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Primeiro** – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, onde:}$$

VAT = valor atualizado

5 VIN = valor inicial

6 IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

I. todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ 243.936,00 (duzentos e quarenta e três mil novecentos e trinta e seis reais), que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Seguro-garantia
- III. Fiança bancária

**Parágrafo Primeiro** – A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;



14/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

**Parágrafo Segundo** – O Seguro-garantia é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

**Parágrafo Terceiro** – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;

a) O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

I - No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

a) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

**Parágrafo Quarto** – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

**Parágrafo Quinto** – A Fiança bancária consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

**Parágrafo Sexto** – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;

Q

15/47

Q



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;

e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no Parágrafo Décimo Primeiro desta cláusula.

f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

**Parágrafo Sétimo** – A garantia será liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do seu vencimento, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

**Parágrafo Oitavo** – A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Nono** - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

**Parágrafo Décimo** – A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo oitavo acima.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

  16/47 



a) a substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- IV. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

**Parágrafo Primeiro** – A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

I para o descumprimento de quaisquer obrigações contratuais será aplicada multa no valor de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal, por cada ocorrência que for registrada.

II pela não entrega dos relatórios mensais, a contratada estará sujeita a desconto referente a 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal.

III pelo não cumprimento dos índices de disponibilidade mínima mensal do circuito contratado, a contratada sujeitar-se à multa calculada proporcionalmente ao valor do circuito.

IV o cálculo da multa será realizado a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Multa} = [ (DME - DMA) / 100 ] \times (VMC + VMP)$$

Onde:

DME = Valor absoluto da Disponibilidade Mensal Exigida

DMA = Valor Absoluto da Disponibilidade Mensal Atingida

VMC = Valor Mensal do Circuito.

VMP = Valor Mensal da Proteção (\*Quando o serviço estiver ativo)

V a multa será aplicada a qualquer tempo no mês subsequente, caso tenham sido identificadas interrupções não computadas anteriormente.

VI pelo descumprimento dos prazos finais para instalação/disponibilização/alteração dos circuitos, a contratada estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) sobre o preço mensal do circuito não instalado.

VII a partir do 15º (décimo quinto) dia após os prazos finais para instalação/disponibilização/alteração dos circuitos até que a ocorrência seja solucionada, a contratada estará sujeita à multa adicional, diária de 1% (um por cento) sobre o preço mensal do circuito não instalado.

VIII pela inobservância do(s) prazo(s) máximo(s) de recuperação, a contratada estará sujeita à multa de 1/30 (um trinta avos) do valor mensal do circuito, caso a ocorrência seja solucionada nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao início da indisponibilidade.

IX a partir das 24 (vinte e quatro) horas subsequentes após o início da indisponibilidade, até que a ocorrência seja solucionada, a contratada estará sujeita à multa adicional, diária, de 1/15 (um quinze avos) do valor mensal do circuito.

X pela inobservância de duas ou mais interrupções do circuito, no mesmo mês, a contratada sujeitar-se-á à multa calculada conforme apresentado:

$$\text{Multa} = [0,01 * (\text{VMC} + \text{VMP})] * \text{NIM}$$

Onde:

VMC = Valor Mensal do Circuito

VMP = Valor Mensal da Proteção (\*Quando o serviço estiver ativo)

NIM = Número de Interrupções no Mês

XI pela inobservância do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a comunicação formal da caixa, para a contratada adequar-se às exigências para integração entre a central de atendimento da caixa e seus subitens, será aplicada multa no valor de 0,05% do valor da fatura mensal, por dia de atraso que perdurar o descumprimento.

XII para o descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais será aplicado multa no valor de 0,1% do valor da fatura mensal, por dia de atraso que perdurar o descumprimento.

XIII o descumprimento ou atraso na execução de cada ação estipulada no plano de melhoria, decorrente da avaliação de desempenho descrita na cláusula segunda do contrato, sujeitará a contratada a multa de 1% sobre o valor da fatura do mês em que deveria ser finalizada a ação.

XIV as multas não são excludentes entre si e são aplicáveis simultaneamente aos descontos por indisponibilidade, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas.

XIV o somatório das multas está limitado a 10% (dez por cento) do valor global contratado.

18/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



**Parágrafo Segundo** – As multas serão descontadas da garantia do valor do documento fiscal e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA judicialmente.

**Parágrafo Terceiro** – Ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, o licitante que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:

I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.

IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

VIII. Não mantiver a proposta;

IX. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

**Parágrafo Quarto** – A penalidade de suspensão temporária de participação e contratação com a CAIXA, além de outras situações de descumprimentos, também poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional nas situações previstas nos incisos acima.

**Parágrafo Quinto** – As sanções previstas nos incisos II e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I.

**Parágrafo Sexto** – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**Parágrafo Sétimo** – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

**Parágrafo Oitavo** – As penalidades de suspensão e impedimento aplicadas à CONTRATADA alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A rescisão do contrato se dá:

- I. De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.
- III. Por determinação judicial.

**Parágrafo Primeiro** – Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V. Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos III, IV, V e VI será efetivada após o regular processo administrativo.

**Parágrafo Terceiro** – Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**Parágrafo Quarto** – Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.



20/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no SIPLO nº 003474/2017-MZ.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedado à CONTRATADA a subcontratação de empresa para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I. É facultado a alocação de empregados portadores de deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.
- II. A CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;
- III. Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;

IV. É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;

VI. A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

VII no caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Brasília, de julho de 2018

#### CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome: Luiz Augusto de Oliveira Leite  
CPF(MF): 797.764.691-91



#### ALGAR MULTIMÍDIA S/A


Nome: Luis Antonio Andrade Lima  
CPF(MF): 019.946.508-85



#### ALGAR MULTIMÍDIA S/A

Nome: Luciene Gonçalves  
CPF(MF): 677.200.726-34

#### Testemunhas

Nome:   
CPF(MF): 094.762.446-58  
RG-MC 16.512.884

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_





**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

- 1.1 Prestação de serviço de telecomunicações consistindo do fornecimento de circuitos de conexão à Internet, com proteção DDoS, suportando aplicações TCP/IP em IPv4 e IPv6 nas condições e conforme as especificações técnicas deste documento.

**2- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- 2.1. A entrega e o recebimento dos sinais digitais entre a CONTRATADA e a CAIXA, serão efetuados segundo especificações técnicas definidas pela CAIXA.
- 2.2. A conexão entre a CAIXA e a CONTRATADA deve ser disponibilizada através de linha privativa, com protocolo Ethernet para o nível de enlace.
- 2.3. Os circuitos deverão ser fornecidos em interfaces que deverão atender as especificações técnicas do ITU-T, de acordo com a sua velocidade de transmissão.
- 2.4. Os circuitos deverão ser entregues em interfaces de 10Gbps padrão Ethernet, obedecendo respectivamente o padrão para Ethernet IEEE 802.3ae clause 49 (padrões 10GBASE-SR em interfaces SFP+ ou XFP a critério da CAIXA).
- 2.5. Quando solicitados, os circuitos das faixas de banda entre 11 a 16, obrigatoriamente deverão ser entregues em interfaces de 40Gbps padrão Ethernet, obedecendo à norma técnica para Ethernet IEEE 802.3ba (padrões 40GBASE-SR4 QSFP+, com conector MPO/MTP dual ou similar ou mediante autorização da CAIXA, com n x interfaces de 10 Gbps no formato LAG – *link aggregation*).
- 2.6. A CAIXA poderá solicitar a modificação da interface a qualquer momento, sem custo adicional para a CAIXA, em até 4 (quatro) vezes, durante a vigência do contrato, para todo o conjunto de circuitos. A alteração da interface deverá ser atendida em até 30 (trinta) dias.
- 2.7. Deverão ser fornecidos todos os conectores, cordões ópticos e cabos para conexão com os equipamentos da Caixa, e conexão elétrica.
- 2.8. Topologia:
- 2.8.1. A solução está dividida em dois objetos, e duas licitações distintas.

2.8.2. Os circuitos serão utilizados simultaneamente pela CAIXA na modalidade ativo-ativo, entre os links deste edital e os links a serem contratados no ESCOPO B.

2.8.3. A tabela abaixo demonstra a divisão dos objetos licitados entre o ESCOPO A e ESCOPO B:

LOCALIDADE	ESCOPO A	ESCOPO B
DTC	CONTRATADA 1	CONTRATADA 2
CTC	CONTRATADA 1	CONTRATADA 2

Tabela de Circuitos

2.8.4. A CAIXA efetuará ao menos uma auditoria anual nas instalações físicas e lógicas da contratada.

2.8.5. A tabela de distribuição dos circuitos detalha as localidades, quantidade de links, especificações, velocidades e garantias de faturamento mínimo dos objetos dos pregões do ESCOPO A e ESCOPO B:

Circuito	Escopo	Unidade	Local	Tecnologia / Interface	Garantia de faturamento mínimo	Faixa Inicial	Velocidade da porta	SLA mensal do Circuito
1	A	CETAD /DTC	Datacenter CAIXA Parque Capital Digital Brasília/DF	10Gigabit Ethernet / 10GBase-SR SFP+/XFP	1Gbps	8Gbps	10Gbps	99,8
	B	CETAD/DTC				8Gbps	10Gbps	
2	A	CETAD/CTC	Setor de Indústrias Gráficas – SIG Quadra 01, Lote 685/805 – Brasília, DF - CEP 70610-410	10Gigabit Ethernet / 10GBase-SR	1Gbps	8Gbps	10Gbps	99,8
	B	CETAD/CTC				8Gbps	10Gbps	

Tabela de Distribuição dos Circuitos

2.8.6. As conexões e interfaces fornecidas na última milha deverão ser em fibra óptica;

2.8.7. Todos os equipamentos fornecidos na solução deverão suportar pelo menos um circuito de 40Gbps em cada localidade.

2.8.8. Durante a vigência do contrato, estima-se crescimento até o limite das faixas de banda constante na tabela de índices deste termo de referência.




24/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



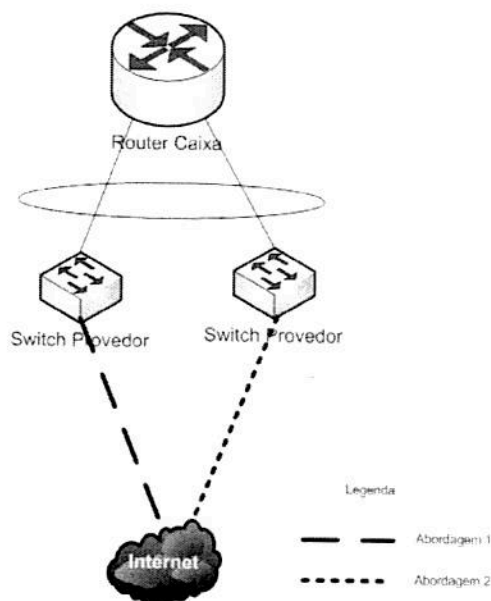
- 2.8.9. As estimativas apresentadas não constituem garantia de faturamento.
- 2.8.10. Em razão de eventuais alterações estruturais na CAIXA, poderá ser solicitado o remanejamento do local de entrega (troca da ponta A), até no máximo quatro vezes, para o conjunto de circuitos entregues, durante a vigência do contrato, a qualquer momento sem que isto incida em ônus adicional à CAIXA.
- 2.9. Backbone da CONTRATADA
- 2.9.1. A rede IP da CONTRATADA deverá ter ponto de presença em Brasília(DF), interconectado com backbones de, no mínimo, 40 Gbps de capacidade de transmissão no início do contrato, com previsão de crescimento em até 24 (vinte quatro) meses para 100 Gbps.
- 2.9.2. A CONTRATADA deve possuir conexões aos backbones nacionais e internacionais;
- 2.9.3. A CONTRATADA deverá garantir mais de uma conexão dedicada com backbones internacionais com velocidade mínima agregada de 20Gbps;
- 2.9.4. Deverá possuir no mínimo uma saída internacional com latência máxima de 200 ms, mensurado a partir da rede da CAIXA com o PTT Internacional de vinculação da CONTRATADA.
- 2.9.5. Partindo do nó da CONTRATADA, a saída internacional da CONTRATADA deve estar à no máximo dois saltos;
- 2.9.6. Perda média mensal de pacotes no seu backbone deve ser menor que 1,2%, mensurada a partir da rede da CAIXA.
- 2.9.7. Deverão ser fornecidos 1 (um) acesso banda larga típico de uso residencial ou SOHO (ADSL, cable modem ou 4G), em um dos endereços definido pela CAIXA, de no mínimo 10 Mbps para fins de verificação, através de testes dos circuitos fornecidos, sem custo adicional para CAIXA.
- 2.9.8. Deverá ser fornecido no mínimo um bloco de endereçamento IP público com máscara de 29 bits IPv4 e 56 bits IPv6 da faixa da CONTRATADA para fins de verificação, através de testes dos circuitos fornecidos, sem custo adicional para a CAIXA.
- 2.9.9. A CONTRATADA deve prover trânsito para o AS (*Autonomous System - AS*) da Caixa Econômica Federal, com suporte ao protocolo BGP-v.4 e às extensões definidas nas RFC2545, RFC 1771 e RFC2858, permitindo implementações com todas as funcionalidades em IPv4 e IPv6.
- 2.9.10. A CONTRATADA deve permitir roteamento do trânsito nacional e

internacional em IPv4 e IPv6 para o AS da Caixa Econômica Federal.

- 2.9.11. A CONTRATADA efetuará anúncio de rotas do AS da CAIXA para todos os AS nacionais e internacionais em IPv4 e IPv6, por esta especificadas dentre os informados pela CONTRATADA.
- 2.9.12. Para IPv6 a CONTRATADA deve garantir o trânsito de pacotes fim-a-fim conforme as especificações previstas nas RFC 2460, RFC 2461, RFC 2462, RFC 3587, RFC 4443 e RFC 4291;
- 2.9.13. Possuir capilaridade mínima de interconexão com 100 AS.
- 2.9.14. Divulgação de tabelas de roteamento em modo Full Routing e Partial Routing ou de acordo com as necessidades da CAIXA;
- 2.9.15. Suportar a autenticação das sessões BGP através de MD5 (Message-Digest Algorithm vs.5);
- 2.9.16. Suportar soft configuration Inbound e Outbound;
- 2.9.17. Possuir registro de AS nos organismos internacionais de registro, tais como ARIN e RADB ou possuir registro de AS nos organismos nacionais com registro nos organismos internacionais.
- 2.9.18. Anunciar as rotas do AS da CAIXA para os backbones nacionais e internacionais;
- 2.9.19. A CONTRADA deverá prover recursos para manipulação de políticas de priorização de rotas, baseado no atributo community do BGP4, bem como prover recursos de filtragem dos prefixos em anúncios para vizinho nacionais e internacionais respeitando as marcações deste atributo realizadas pelo AS da CAIXA.
- 2.9.20. A CONTRATADA não poderá aplicar políticas que sobreponham as marcações de priorização ou filtragem originadas pelo CAIXA.
- 2.10. Redundância de última milha:
  - 2.10.1. Os equipamentos de comunicação da CONTRATADA, utilizados para o fornecimento dos circuitos, devem conter redundância necessária que garantam a CAIXA os índices de disponibilidade definidos nesta contratação.
  - 2.10.2. A figura topologia de redundância da última milha detalha melhor a arquitetura proposta.







Topologia de Redundância da Última Milha

- 2.10.3. O acesso de cada circuito deve ser disponibilizado com duas abordagens físicas para redundância, por caminhos distintos e comutação automática entre ambas as abordagens.
- 2.10.4. Por caminho distinto entende-se a não utilização da mesma rota para as abordagens principais e secundárias de um mesmo circuito.
- 2.10.5. Entende-se por comutação automática o desvio do fluxo de dados entre caminhos distintos em um intervalo de tempo inferior a 50 ms, sem a necessidade de reconfiguração e/ou intervenção nos equipamentos da CAIXA ou da CONTRATADA.
- 2.10.6. A comutação entre a abordagem primária e secundária deve ocorrer de forma automática na camada de enlace do modelo OSI.
- 2.10.7. Na comunicação entre os equipamentos da CONTRATADA e o roteador da CAIXA deverá ser configurado o protocolo LACP, para fins de comutação automática de abordagens.
- 2.10.8. O protocolo LACP será permitido para redundância no contexto local.
- 2.10.9. Não há necessidade de instalação de CPE's, o equipamento instalado na CAIXA deverá suportar o padrão descrito neste termo de referência de acordo com a faixa de banda contratada.
- 2.10.10. A CONTRATADA deverá apresentar a topologia atualizada dos circuitos, por meio digital e impresso, com identificação dos elementos de infraestrutura, rotas/caminhos e equipamentos de telecomunicações



27/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

envolvidos, sempre que houver qualquer atualização e ou alteração na mesma e sempre que solicitado pela CAIXA.

- 2.10.11. É facultada à CAIXA a realização de diligências no ambiente da CONTRATADA para comprovação dos requisitos solicitados acima.
- 2.10.12. Todos os itens acima apresentam requisitos mínimos, qualquer proposta superior ou solicitação de alterações deverão ser propostas no projeto básico que será avaliado para aprovação da CAIXA.
- 2.11. Aspectos de Segurança
- 2.11.1. A solução deve possuir a capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP.
- 2.11.2. A CONTRATADA deverá prover proteção ativa contra Ataques de Negação de Serviço (DDoS) e todas as suas variantes em todo o tráfego de todos os links abrangidos por este contrato, independente dos serviços neles existentes.
- 2.11.3. Define-se como proteção ativa contra os ataques já identificados, a filtragem permanente e durante toda a vigência do contrato.
- 2.11.4. As medidas de proteção (existentes ou novas) que apresentarem possibilidade de falso-positivos ou dificuldades técnicas de implantação devem ser informadas previamente à CAIXA, que analisará tecnicamente cada caso, autorizando ou não a adoção da medida.
- 2.11.5. A solução deve suportar a mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como White List, Black List, limitação de taxa, técnicas desafio-resposta, descarte de pacotes mal formados, técnicas de mitigação de ataques aos protocolos HTTP e DNS, bloqueio por localização geográfica de endereços IP, dentre outras.
- 2.11.6. A solução deve implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, tanto para IPv4 como para IPv6, incluindo e não se restringindo aos seguintes:
- 2.11.6.1. Ataques de inundação (Bandwidth Flood), incluindo Flood de UDP, ICMP e TCP;
- 2.11.6.2. Ataques à pilha TCP, incluindo mal uso das Flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets;
- 2.11.6.3. Ataques que utilizam Fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP,

28/47

PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



TCP e UDP;

- 2.11.6.4. Ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing);
- 2.11.6.5. Ataques à camada de aplicação, incluindo protocolos HTTP e DNS, a solução deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo;
- 2.11.6.6. Ataques GET/POST Floods, PSH Floods, HTTP(S) floods, Smurfing, Slowloris, Botnets, Fragging Attack
- 2.11.6.7. Amplificação de DNS, NTP, CharGen, SSDP e SNMP
- 2.11.6.8. Ataques Volumétricos
- 2.11.6.9. DDoS
- 2.11.7. A CONTRATADA também deverá prover proteção caso surjam novos tipos de ataques de DDoS, informando a CAIXA de seu surgimento e medidas preventivas adotadas ou passíveis de implantação para proteção do tráfego.
- 2.11.8. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA encaminhará à Equipe de Respostas a Incidentes de Segurança da CAIXA os relatórios mensais com as estatísticas dos Ataques de Negação de Serviços (DDoS) mitigados ou disponibilizará portal na internet para consulta dessa estatística.
- 2.11.9. A contratada deve possuir capacidade de mitigação inicial de no mínimo 100GB.
- 2.11.10. Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou sature as conexões do AS CAIXA, devem ser tomadas contramedidas tais como aquelas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem no AS pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como Remote Triggered Black Hole.
- 2.11.11. As soluções de detecção e mitigação devem possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques.
- 2.11.12. A CONTRATADA deve disponibilizar um Centro Operacional de Segurança (ou SOC – Security Operations Center) no Brasil, com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, com opção de atendimento através de telefone 0800, correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia,



nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

- 2.11.13. A mitigação de ataques deve ser baseada em arquitetura na qual há o desvio de tráfego suspeito comandado pelo equipamento de monitoramento, por meio de alterações do plano de roteamento.
- 2.11.14. Para a mitigação dos ataques não será permitido o encaminhamento do tráfego para limpeza fora do território brasileiro.
- 2.11.15. As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques devem ser mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.
- 2.11.16. Em nenhum caso será aceito bloqueio de ataques de DoS e DDoS por ACLs em roteadores de bordas da contratada, exceto em comum acordo entre a contratada e a CAIXA.
- 2.11.17. A contratada deve realizar a detecção de ataques em até de 15 (quinze) minutos do início da ocorrência.

### 3- CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 3.1 O pedido refere-se a prestação de serviço cujo escopo não admite empregar critérios de sustentabilidade objetivos, dessa forma, não foram estabelecidos.



30/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



**ANEXO I-A**

**FORMA DE EXECUÇÃO E SERVIÇOS AGREGADOS**

**1 REGRAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 1.1 A CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da comunicação formal da CAIXA, para completar a instalação e deixar operacionais os circuitos solicitados, devendo entregá-los formalmente à CAIXA, mediante comunicação escrita.
- 1.1.1 A CAIXA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da comunicação de que trata o item anterior, para testar e homologar os circuitos.
- 1.1.2 Depois de homologados, os circuitos entrarão em operação, ensejando, a partir daí, o início do período de faturamento.
- 1.1.3 Na hipótese de não homologação, a CAIXA informará à CONTRATADA as deficiências encontradas, abrindo-se o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir dessa comunicação, para que sejam corrigidas e para que sejam efetuados novamente os testes com vistas à homologação, iniciando novamente o prazo previsto no item 1.1.1.
- 1.2 As alterações de configuração e ampliação da rede, solicitadas pela CAIXA à CONTRATADA, serão atendidas nos seguintes prazos:
- 1.2.1 Ativação de novos circuitos quando a CONTRATADA possui Infraestrutura no local de instalação solicitado: em até 10 (dez) dias, a partir do recebimento pela CONTRATADA da comunicação formal da CAIXA.
- 1.2.2 Ativação de novos circuitos quando a CONTRATADA não possuir infraestrutura no local de instalação solicitado: em até 60 (sessenta) dias, mediante análise de viabilidade prévia, que deve ser respondida em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da solicitação formal da CAIXA.
- 1.2.3 Alteração de capacidade dos circuitos, para as faixas de banda 1 a 10 em até 02 (duas) horas, após abertura do chamado ou confirmação do recebimento da mensagem eletrônica enviada pela CAIXA para CONTRATADA.
- 1.2.3.1 Para as faixas 11 a 16 o prazo para alteração da capacidade será de 30 (trinta) dias corridos, após a abertura do chamado ou confirmação do recebimento da mensagem eletrônica enviada pela CAIXA.



31/47

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

- 1.2.4 A CAIXA deverá permanecer no mínimo 30 (trinta) dias na faixa escolhida, podendo solicitar alteração para faixas superiores dentro desse período.
- 1.2.5 A CONTRATADA deverá dispor de uma caixa postal, acessível via internet, para receber estas comunicações.
- 1.2.6 A CAIXA informará para a CONTRATADA a caixa postal eletrônica que será a remetente das comunicações de alterações de configurações.
- 1.2.7 Caso o pedido de alteração de capacidade não seja confirmado em até 15 (quinze) minutos após o envio, o prazo para alteração da configuração dos circuitos começará e ser contabilizado.
- 1.3 O serviço de proteção de segurança (Anti-DDoS) deve ter a capacidade de proteção dimensionada com previsão de crescimento, de forma a atender as necessidades técnicas da CAIXA e a disponibilidade do serviço contratado.
- 1.3.1 O serviço de proteção de segurança (Anti-DDoS) deve ter no mínimo quatrocentos por cento da capacidade de mitigação do circuito contratado.
- 1.4 Alteração de endereços para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possua Infraestrutura, o atendimento deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da comunicação formal da CAIXA.
- 1.4.1 Caso o novo endereço não se encontre atendido pela CONTRATADA e/ou não possua infraestrutura, o atendimento se dará em até 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento da comunicação formal da CAIXA.
- 1.5 Desativações (circuito e serviço de proteção de segurança): 1 (um) dia, a partir do recebimento pela CONTRATADA da comunicação formal da CAIXA, ou em data pré-agendada pela CAIXA.
- 1.5.1 Neste caso, mesmo que o circuito e ou serviço de proteção de segurança continuem ativados, serão retirados do faturamento no dia corrido imediatamente posterior ao prazo máximo de desativação de 1 (um) dia.
- 1.6 Caso a CONTRATADA seja a atual fornecedora dos circuitos licitados, a CAIXA, a seu critério, poderá solicitar a migração imediata dos circuitos para o novo contrato ou aguardar o término do contrato vigente.
- 1.7 Pelo não cumprimento dos prazos descritos nos itens acima a CONTRATADA estará sujeita as penalidades previstas em SANÇÕES

32/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



ADMINISTRATIVAS deste termo de referência.

## 2 LOCAL DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

Circuito	Escopo	Unidade	Local
1	A	CETAD /DTC	Datacenter CAIXA - Parque Capital Digital - Brasília/DF
	B	CETAD/DTC	
2	A	CETAD/CTC	Setor de Indústrias Gráficas – SIG Quadra 01, Lote 685/805 – Brasília/DF - CEP 70610-410
	B	CETAD/CTC	

### 2.1 Regras de Atendimento:

- 2.1.1 Por motivos de ordem técnica ou de interesse geral, a CONTRATADA, mediante comunicado prévio e sem ônus para a CAIXA, poderá promover modificações nos meios de transmissão e equipamentos de sua propriedade que suportem o serviço oferecido, devendo obedecer aos itens abaixo.
- 2.1.2 Caso haja previsão de interferência na disponibilidade do serviço, a CAIXA deverá ser comunicada pela CONTRATADA, por escrito e com o devido aceite da CAIXA, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 2.1.3 Caso a CAIXA não seja comunicada no prazo estabelecido supra, o circuito será considerado como indisponível.
- 2.1.4 As eventuais modificações efetuadas nos meios de transmissão e equipamentos deverão obrigatoriamente atender às especificações técnicas deste documento.
- 2.1.5 A CONTRATADA só poderá executar uma manutenção agendada mensalmente por circuito;
- 2.1.6 Todas as despesas relativas a eventuais deslocamentos de técnicos e de equipamentos que se fizerem necessárias para a correção de problemas técnicos e adequações/ajustes de configurações, correrão por conta da CONTRATADA e sob sua exclusiva responsabilidade.

### 3 DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

- 3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento única que possua capacidade de recebimento e emissão automática de chamados, para possibilitar comunicação com a central de atendimento da CAIXA, de modo a permitir a implementação de sistemática de troca de mensagens eletrônicas com uso de WebServices, protocoladas entre a CAIXA e a CONTRATADA e vice versa para abertura, fechamento e atualização da situação do chamado.
- 3.1.1 Cabe à CONTRATADA a integração do sistema de atendimento com o da CAIXA, de modo que a abertura do chamado e seu respectivo fechamento sejam gerenciados pelo HELP DESK da CAIXA, sem ônus adicionais, cabendo ainda, à CONTRATADA, os custos dessa conexão.
- 3.1.2 A CAIXA irá especificar o formato do registro eletrônico e o meio de comunicação a ser utilizado para a comunicação com o sistema da CONTRATADA.
- 3.1.3 A CONTRATADA terá um prazo de 60 (sessenta) dias após a comunicação formal da CAIXA para adequar-se às exigências para integração do sistema de atendimento com o da CAIXA.
- 3.1.4 A abertura dos chamados, como regra, dar-se-á pela integração de ferramentas eletrônicas.
- 3.1.5 Para os casos de contingências, deverá ser previsto pela CONTRATADA a disponibilização de número telefônico de tarifação reversa (0800).
- 3.1.6 Todos os chamados para execução de qualquer intervenção por parte da CONTRATADA serão acionados exclusivamente pela central de atendimento da CAIXA.
- 3.1.7 A CAIXA poderá a qualquer tempo, realizar gravações das chamadas, para fins de aferição do tempo de atendimento.
- 3.2 Pelo não cumprimento dos prazos descritos nos itens acima a CONTRATADA estará sujeita as penalidades previstas em SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste termo de referência.

### 4 DOS RELATÓRIOS GERENCIAIS E DE ACOMPANHAMENTO

- 4.1 A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente relatórios gerenciais, até o 5º (quinto) dia útil, subsequente a prestação do serviço com os dados referentes às indisponibilidades dos circuitos contratados, devendo conter as seguintes informações:

34/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



- a) Identificação do circuito;
  - b) Horário de recebimento da chamada pela central de atendimento;
  - c) Número da identificação da chamada;
  - d) Nome do responsável pela abertura da chamada;
  - e) Horário de interrupção do circuito;
  - f) Motivo da interrupção do circuito do circuito com o devido detalhamento técnico da ocorrência e as ações corretivas tomadas;
  - g) Horário de restabelecimento do circuito;
  - h) Nome do responsável pelo fechamento do chamado.
- 4.2 A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, relatórios com os dados referentes ao desempenho do serviço, contendo as seguintes informações:
- a) Taxa de erros;
  - b) Picos diários de tráfego;
  - c) Média diária de tráfego;
- 4.3 Os Relatórios Gerenciais têm como objetivo informar à CAIXA o histórico de desempenho do serviço, através dos registros mensais de indisponibilidades.
- 4.4 Os relatórios deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, em arquivo eletrônico no formato de Planilha Eletrônica nos padrões XLS ou ODS.
- 4.5 Mediante solicitação da CAIXA, a CONTRATADA deverá divulgar e discutir com a CAIXA, os resultados operacionais dos indicadores de desempenho de serviços abaixo relacionados:
- a) Disponibilidade de Serviço;
  - b) Eficiência de Recuperação de Serviço.
- 4.6 Para o acompanhamento dos serviços, a CONTRATADA deve disponibilizar à CAIXA, páginas Web, com interfaces gráficas, com acessos exclusivos controlados através de senhas personalizadas, indicando pelo menos as informações sobre inoperância dos circuitos (com hora de início e fim de inoperância).
- 4.7 Os recursos de gerenciamento devem estar disponíveis para operação permanentemente (24 horas, todos os dias do ano), sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a sua manutenção preventiva e corretiva (hardware e software).
- 4.8 A CONTRATADA será responsabilizada por quaisquer informações incorretas disponibilizadas nas páginas de consulta, que venham a trazer



35/47

PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

prejuízo à CAIXA ou que ocultem informações de monitoração dos circuitos.

- 4.9 A CONTRATADA fornecerá a CAIXA, em data a ser acordada pela mesma, treinamento necessário para a interação dos técnicos da CAIXA com as páginas de gerência do serviço, sem custos adicionais.
- 4.10 A CONTRATADA terá um prazo de 60 (sessenta) dias após a comunicação formal da CAIXA para se adequar às exigências descritas nos itens acima.
- 4.11 Pelo não cumprimento das exigências descritas nos itens acima a CONTRATADA estará sujeita as penalidades previstas em SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste termo de referência.

## 5 NÍVEL DE SERVIÇO

### 5.1 Índice de Disponibilidade:

- 5.1.1 Os circuitos de comunicação deverão estar disponíveis 24 horas por dia, todos os dias do ano.
- 5.1.2 Caso haja necessidade de interrupção, a CONTRATADA deverá negociar com a CAIXA com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 5.1.3 A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade mensal de no mínimo, 99,8% (noventa e nove vírgula oito por cento) para cada circuito fornecidos à CAIXA, calculada da seguinte forma:

$$DMA = [(43200 - TTICM) / 43200] \times 100$$

Onde:

TTICM: Tempo Total de Interrupção do Circuito (em minutos) no Mês;

DMA(%): Disponibilidade Mensal Atingida

- 5.1.4 Para efeito de cálculo de TTICM, será considerado o período em minutos entre o primeiro minuto do primeiro dia e o último minuto do último dia do calendário do mês a que se refere a fatura.
- 5.1.5 O serviço será considerado indisponível quando não for possível a conexão entre o equipamento da CAIXA e o da CONTRATADA, a partir do registro do chamado técnico na Central de Atendimento da CONTRATADA, sendo considerado disponível após o fechamento do chamado técnico, com a devida anuência da CAIXA, na Central de atendimento da CONTRATADA.
- 5.1.6 Entende-se como início do atendimento a primeira mensagem trocada pela CAIXA com a CONTRATADA informando a ocorrência ou início da

36/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



ligação efetuada a central de atendimento da CONTRATADA independentemente do atendimento do operador.

- 5.1.7 O prazo máximo de recuperação dos circuitos será 2 (duas) horas, todos os dias do mês, inclusive sábados, domingos e feriados.
- 5.1.8 Para cada circuito fornecido, o número máximo de interrupções programadas do serviço a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até o último minuto do último dia do mesmo mês é de uma interrupção.
- 5.1.9 As indisponibilidades informadas pela gerência e supervisão da CONTRATADA, bem como os registros na Central de Atendimento da CONTRATADA serão validadas pelos sistemas de gerência e supervisão da CAIXA.
- 5.1.10 No caso de interrupção programada por necessidade da CAIXA, a mesma não afetará o índice de disponibilidade da CONTRATADA.
- 5.1.11 No entanto a CONTRATADA deverá fazer o acompanhamento da interrupção e a efetiva ativação dos equipamentos e suas eventuais reconfigurações, sem ônus adicional à CAIXA.
- 5.1.12 As interrupções programadas solicitadas pela CAIXA serão previamente combinadas com a CONTRATADA.
- 5.1.13 Pelo não cumprimento das exigências descritas nos itens acima a CONTRATADA estará sujeita as SANÇÕES ADMINISTRATIVAS definidas neste termo de referência.
- 5.1.14 A CAIXA terá o direito de, sempre que julgar necessário, realizar a comparação dos registros de interrupções e indicadores de desempenho dos serviços fornecidos pela CONTRATADA, objeto deste Termo de Referência, com as informações geradas pelas ferramentas e/ou sistemas de gerência e controle da CAIXA.
- 5.2 Desconto por interrupção
- 5.2.1 Para cada interrupção simultânea do circuito contratado que for comprovadamente de responsabilidade da CONTRATADA, será calculado um desconto referente ao tempo de interrupção desse circuito, cujo valor apurado será ressarcido à CAIXA na Nota Fiscal/Fatura dos serviços com vencimento no mês seguinte ao da apuração.
- 5.2.1.1 Entende-se por interrupção simultânea, a interrupção das 2(duas) abordagens do circuito em produção.

5.2.2 O valor do desconto será obtido a partir do seguinte cálculo:

$$VD = (VC / 43200) \times n$$

Onde:

VD = Valor do Desconto

VC = Valor mensal pago pelo circuito ativo

n = Quantidade de minutos em que o serviço ficou interrompido.

## 6 FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 As faturas deverão ser entregues na CETAD, localizada em Parque Tecnológico Capital Digital, Lote 3, s/n – Granja do Torto – Brasília/DF, separadas por localidade de entrega dos circuitos.
- 6.2 Deverão ser apresentados, mensalmente, os documentos de cobrança acompanhado do detalhamento dos serviços prestados em arquivo eletrônico ao formato FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br)), de modo a permitir a conferência por parte da CAIXA.
- 6.3 A CONTRATADA terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, após a comunicação formal da CAIXA para a adaptação do sistema de faturamento ao padrão FEBRABAN.
- 6.4 Após o recebimento da fatura em meio eletrônico, a CAIXA efetuará, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o aceite do arquivo, que corresponde ao ato de verificar a conformidade do arquivo com o padrão FEBRABAN e o valor no documento.
- 6.5 Caso sejam verificados erros nos arquivos de aceite que inviabilizem o ateste, a CONTRATADA será informada pela CAIXA, para emitir e encaminhar, em até 20 dias corridos, os arquivos eletrônicos com as devidas correções e respectivas prorrogações do vencimento.
- 6.6 As faturas serão atestadas pela CAIXA em até 15 (quinze) dias contados a partir da data de recebimento da fatura no padrão FEBRABAN.
- 6.7 O pagamento será efetuado pela CAIXA no 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao ateste da fatura, deduzidas as respectivas glosas por indisponibilidade, multas, penalidades e indenizações devidas.
- 6.8 O pagamento da respectiva fatura será suspenso, caso exista alguma pendência com mais de 30 dias no fornecimento do arquivo, quando a CONTRATADA deverá emitir nova fatura com novo prazo de pagamento.

38/47

PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



- 6.9 A qualquer momento, sendo identificada cobrança indevida, serão informados à CONTRATADA para que seja analisada a divergência e efetuado o reembolso à CAIXA.
- 6.10 O pagamento mensal será com base na quantidade de conexões ativas, podendo haver variação entre a quantidade de conexões efetivamente ativas e a quantidade de conexões estimadas para a formação de preços.
- 6.11 O não pagamento da fatura por pendência financeira, contratual ou de liquidação, por parte da operadora, não gera reajuste devido por correção monetária, juros ou mora.



39/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

**ANEXO I-B**

**RAT – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO**

**LOGOTIPO / NOME  
DA EMPRESA  
CONTRATADA**

Número do chamado

Tipo do chamado

**1. ABERTURA (Preenchido pela CONTRATADA)**

Unidade da CAIXA	Contato	Telefone	
Endereço			
Equipamento / Marca / Modelo		Número de série	
Número de Tombamento (Patrimônio CAIXA)			
Peças/Serviços	Responsável pela abertura do chamado	Data	Hora
Descrição do Serviço «Motivo Solicitação»		Severidade <input type="checkbox"/> 1 - Crítica <input type="checkbox"/> 3 - Média <input type="checkbox"/> 2 - Alta <input type="checkbox"/> 4 - Baixa	

**2. ATENDIMENTO TÉCNICO (Preenchido pela CONTRATADA)**

Técnico	Data	Início	Término	Tempo sob responsabilidade da CAIXA
Serviços executados				

**3. FECHAMENTO (Preenchido pela CONTRATADA e pela CAIXA)**

Conclusão do Serviço:	O atendimento prestado foi considerado:	
Data / /	<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Regular
Hora : :	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ruim
Assinatura e identificação do Técnico que prestou o atendimento	Assinatura do Usuário CAIXA responsável pelo Equipamento sob carimbo	Observações:



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



**Observações:**

- 1 O Quadro 1 – Abertura deverá ser preenchido pela CONTRATADA, mediante dados fornecidos pela CAIXA quando da solicitação do atendimento.
- 2 O Quadro 2 – Atendimento Técnico, referente aos serviços executados, deverão ser preenchidos pela CONTRATADA, informando as datas, horários e serviços executados.
- 3 O Quadro 3 – Fechamento deverá ser preenchido primeiramente pela CONTRATADA, devendo o técnico que executou o atendimento se identificar e assinar, bem como registrar a data e horário de conclusão do atendimento. Os demais campos do quadro são de preenchimento exclusivo da CAIXA, pelo usuário responsável pelo equipamento objeto do chamado, que deverá opinar sobre a qualidade do atendimento, registrar suas observações, e dar seu aceite para o atendimento, mediante assinatura sob carimbo.



41/47



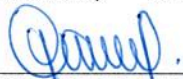
PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018

**ANEXO DO CONTRATO Nº 07.789/2018****DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a) Dirigente da CAIXA;
  - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
  - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Brasília, de julho de 2018



**ALGAR MULTIMÍDIA S/A**

Nome: Luciene Gonçalves

CPF(MF): 677.200.726-34



**ALGAR MULTIMÍDIA S/A**

Nome: Luis Antonio Andrade Lima

CPF(MF): 019.946.508-85



PE 008/7066-2018

SICLG 44135

Contrato nº 07.889/2018



**ANEXO DO CONTRATO Nº 07.889/2018****CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

**2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA**

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do art. 42 e incisos, do Decreto 8.420/2015, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

### **3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA**

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

**3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:**

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.



44/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

**3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:**

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e



CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL

demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

46/47



PE 008/7066-2018  
SICLG 44135  
Contrato nº 07.889/2018



**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO  
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

**ALGAR MULTIMÍDIA S/A**, inscrita(o) no CNPJ/MF nº 04.622.116/0001-13, por meio do seu(s) representante(s) devidamente constituído(s), **Luciene Gonçalves e Luis Antonio Andrade Lima**, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Brasília, de julho de 2018.



**ALGAR MULTIMÍDIA S/A**  
Nome: Luciene Gonçalves  
CPF(MF): 677.200.726-34



**ALGAR MULTIMÍDIA S/A**  
Nome: Luis Antonio Andrade Lima  
CPF(MF): 019.946.508-85

